



CONCENTRAÇÃO DE RENDA E CRISE ECONÔMICA: BREVE ANÁLISE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL.

Julia Gonçalves Quintana¹

Juliana Gonçalves de Oliveira²

Resumo: Este trabalho tem por escopo principal analisar o problema da concentração de renda em nosso país, já que, esta é tomada, ao mesmo tempo, como causa e como consequência de uma crise econômica. No decorrer do trabalho será feito um breve exame da atual crise do capitalismo, a Grande Recessão, que será analisada a partir da perspectiva da desigualdade de renda, que, geralmente é fomentada em tempos de crise econômica. Para uma melhor compreensão do problema, pretende-se verificar, sucintamente, a diferença entre desigualdade de renda e do capital, bem como, alguns dados, fornecidos pela Receita Federal e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sobre a distribuição de renda no Brasil. Ademais, a fim de verificar possibilidades e soluções para o problema da concentração de renda, será feito um exame das principais políticas públicas adotadas pelo Governo Federal na tentativa de minimizar a desigualdade existente, assim como, serão abordadas possíveis medidas a serem tomadas para que a distribuição e concentração de renda se torne menos injusta em nosso país, contribuindo, assim, para a uma melhor justiça econômica e social.

Palavras-chave: concentração de renda. desigualdade. políticas públicas.

Abstract: This paper has the main scope to analyze the problem of the concentration of wealth in our country, since this is taken at the same time, as cause

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Graduada em Direito pela Universidade Católica de Pelotas - UCPEL. Advogada. Integrante do grupo de pesquisas “Interseções Jurídicas entre o Público e Privado” coordenado pelo professor Pós-Doutor Jorge Renato dos Reis, vinculado ao programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Endereço eletrônico: juliagq@hotmail.com.

² Cursou as matérias “Políticas Públicas e Justiça Social” (2016) e “Constituição e Justiça Social”; (2015) como aluna especial do Mestrado em Direito e Justiça Social da Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Pós-graduada em Direito Constitucional e em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Anhangüera-Uniderp (2012). Graduada em Direito pela Universidade da Região da Campanha - URCAMP (2009). Atualmente é advogada, sócia no escritório Quintana & Oliveira Advogados, atuando em Bagé/RS e região, e conciliadora criminal na Vara do JECrim da Comarca de Bagé/RS. Endereço eletrônico: juliana_g.deoliveira@live.com



and as a result of an economic crisis. During the work will be done a brief examination of the current capitalist crisis, the Great Recession, which will be analyzed from the perspective of income inequality, which is usually promoted in times of economic crisis. For a better understanding of the problem it is intended to verify, briefly, the difference between income inequality and capital, as well as some data, provided by the IRS and the Brazilian Institute of Geography and Statistics on the distribution of income in Brazil . Moreover, in order to check possibilities and solutions to the problem of income concentration, an examination of the main public policies adopted by the Federal Government in an attempt to minimize the inequality it will be done, as will be discussed possible measures to be taken to the distribution and concentration of income becomes less unjust in our country, thus contributing to a better economic and social justice.

Keywords: income concentration. inequality. public policy.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral efetuar uma análise sobre o problema da concentração de renda no Brasil, verificar sua relação com a crise econômica atual e as medidas tomadas pelo governo, vez que, todas as grandes crises econômicas, sempre são acompanhadas ou precedidas de vastas desigualdades sociais e econômicas.

Para um melhor entendimento, este estudo foi dividido em 3 (três) partes, onde estão delineados seus objetivos específicos.

Na primeira parte poderá se verificar a questão da crise do capitalismo, pois, justamente, a busca incessante por lucros e a desvalorização da força de trabalho gera o problema da concentração de renda e conseqüentemente a crise econômica. Ainda, será feita uma abordagem sobre as políticas adotadas pelo governo na tentativa de conter a crise econômica e como tais políticas impactaram na concentração de renda.

Na segunda parte será feita uma análise sobre a desigualdade de renda propriamente dita, diferenciando-se de desigualdade da renda e da riqueza a partir



da distinção de renda e capital. Além do mais, serão expostos alguns dados da Receita Federal e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a concentração de renda no Brasil, o que poderá auxiliar para um melhor entendimento do problema que nosso país enfrenta quanto ao tema principal do trabalho.

Finalmente, na terceira parte do presente trabalho será abordada a questão das políticas públicas, analisando-se as atuais políticas que vêm sendo adotadas pelo governo federal, demonstrando, dentro do nosso entendimento, os erros e acertos do Brasil neste campo, bem como, expondo algumas possibilidades a serem adotadas na tentativa de tornar a distribuição de renda um pouco mais justa em nosso país.

A escolha do tema deu-se devido a atualidade da crise econômica brasileira e mundial e ao fato de que na tentativa de contê-la, o governo brasileiro acabou favorecendo os bancos ao invés dos trabalhadores, o que, acabou agravando as desigualdades.

Ademais, a principal problemática enfrentada no presente trabalho está em verificar como a utilização de políticas públicas adequadas pode influenciar na redução da desigualdade de renda, latente em nosso país, bem como, contribuir significativamente no enfrentamento à crise econômica e na realização da justiça social.

1. A Crise do Capitalismo

A crise dos Suprimes, ou Grande Recessão, iniciada em 2008, teve um enfoque bem mais amplo que as grandes crises econômicas anteriores, tendo enorme impacto mundial, principalmente devido à globalização. Segundo a Socióloga Ivanete Boschetti (2010) a própria estrutura do capitalismo costuma gerar a crise, e por isso a crise econômica iniciada em 2008 seria mais uma das crises estruturais do capitalismo, causada pela busca incessante por lucros e desvalorização do trabalho humano, uma crise de superprodução, derivada da busca contínua por superlucros, que, no decorrer do tempo tende a causar um



desequilíbrio entre a oferta e a demanda, onde o consumo não consegue acompanhar a produção.

Karl Marx, em sua obra “O Capital” já nos advertia que o capitalismo baseia-se, basicamente, na acumulação do capital e que esta acumulação surge da apropriação da produção do trabalho, segundo Marx (2013, p. 814) “o capitalista não enriquece como o fazia o entesourador, em proporção ao seu trabalho e não consumo pessoais, mas quando suga força de trabalho alheia e obriga o trabalhador a renunciar a todos os desfrutes da vida”. Assim, desde logo percebe-se que a própria essência do capitalismo ocasiona a crise e, conseqüentemente, a desigualdade, pois a exploração do trabalho, sem a devida contraprestação salarial impacta diretamente no consumo, o que gera uma superprodução que culmina, inevitavelmente, na crise econômica.

Em regra, as crises econômicas são sempre acompanhadas por grandes desigualdades sociais e de renda. Eric Hobsbawn exemplifica que após a Crise do Petróleo, na década de 80, nos Estados Unidos e em muitos países considerados ricos e desenvolvidos a miséria voltou a ser visível, “o reaparecimento de miseráveis sem teto era parte do impressionante aumento da desigualdade social e econômica da nova era” (HOBSBAWN, 1995, p. 396).

Com base na análise feita por Hobsbawn (1995), percebemos que o capitalismo consiste, naturalmente, em altos e baixos, por certo tempo há abundante prosperidade, grande crescimento econômico e as classes trabalhadoras vivenciam um período com aumento real da sua renda, o que, por ora, supera as críticas dirigidas à este sistema econômico, todavia, em certo tempo, os países tendem à recessão e à crise econômica, e, segundo o autor, em períodos de crise as desigualdades sempre aumentam, pois, tanto os extremos de pobreza, quanto os extremos de riqueza aumentam.

Ademais, Hobsbawn (1995) explica que nenhum sistema econômico é perfeito, pois, efetuando uma análise histórica, tanto o capitalismo, quanto o socialismo e o neoliberalismo não mostraram-se isentos aos tempos de crise, onde sempre quem mais sofre são as classe menos abastadas e os trabalhadores que acaba sendo mais taxados e tem que conter seus padrões de vida para suportar os períodos de crise.



1.1 Concentração de renda como causa e consequência da crise

Confirmada a ideia de que a atual crise econômica consiste em mais uma das crises estruturais do capitalismo, na sequência, analisaremos algumas das causas e das consequências desta, bem como, a questão de como a crise econômica guarda estreita ligação com o problema da concentração de renda.

Desde o final da Crise do Petróleo, em meados dos anos 70, a grande maioria dos países desenvolvidos passou a adotar um sistema econômico baseado no modelo capitalista neoliberal, o que, não foi diferente no Brasil. Embora inicialmente esse neoliberalismo econômico pareça benéfico ao crescimento do país, à longo prazo uma de suas consequências é justamente a crise, pois, neste modelo econômico, o consumo não consegue acompanhar o ritmo da produção, na medida que os salários dos trabalhadores não crescem na mesma velocidade e proporção que a produção.

Embora a Grande Recessão tenha tido seu início nos Estados Unidos da América, tal crise econômica, devido sua dimensão e à mundialização do capital, teve impacto global. No Brasil houve, por parte do Governo Federal, uma tentativa de contê-la, para tanto, foram tomadas uma série de medidas, todavia, tais medidas, por piorarem a questão da concentração de renda e não evitaram a crise em nosso país, mas apenas adiaram seus efeitos. A política de intervenção estatal na economia e de amparo aos bancos, gerou ao mesmo tempo, grande especulação financeira e endividamento da população, o que, instaurou, definitivamente a crise econômica no Estado brasileiro (BOSCHETTI, 2010).

Embora o governo brasileiro tenha tentado impedir a incidência dos efeitos da crise econômica mundial, adotando diversas medidas de controle e intervenção do Estado na economia, cabe transcrever o seguinte trecho, redigido por Ivanete Boschetti, onde percebe-se claramente que todas as medidas tomadas pelo governo brasileiro somente aumentaram a concentração de renda, vejamos: “Por trás da aparente condição de ausência de crise, temos um país endividado, que deve aproximadamente metade de sua produção, que favorece a lucratividade do sistema bancário e o endividamento e empobrecimento da classe trabalhadora” (BOSCHETTI, 2010, p. 82).



1.2 Os custos da crise para as políticas de distribuição de renda

No que se refere ao Brasil, a Grande Recessão impactou em muito nas políticas públicas, sendo que, no entendimento de Boschetti (2010) os antídotos utilizados pelo Governo brasileiro com a finalidade de conter a crise econômica acabaram tendo um efeito antagônico, pois culminaram em um aumento do abismo, que já existia, entre pobres e ricos, e, ainda, agravaram o obstáculo da concentração de renda, pois foram adotadas medidas de favorecimento ao lucro e incentivo ao consumo por meio da liberação de crédito em detrimento das políticas sociais.

Na tentativa de conter a crise econômica, o governo brasileiro tomou diversas medidas, que tiveram suas respectivas consequências, dentre as quais, destacamos as seguintes: a) o controle da dívida pública, onde os recursos públicos acabaram comprometidos com o pagamento de encargos e juros da dívida pública, o que limitou a possibilidade de se ampliar os investimentos em políticas de geração de emprego; b) a geração de um elevado superávit, através do qual o governo manteve um superávit acima dos limites estabelecidos nos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e para tanto extraiu recursos do orçamento da seguridade social; c) um elevado crescimento econômico, com a intenção de blindar a economia do país, que, todavia, culminou em uma significativa queda do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB *per capita*; d) a manutenção de uma taxa de juros alta, na tentativa de conter a inflação, e a redução do imposto sobre produtos industrializados, para impulsionar o consumo e fomentar a indústria; entre outros.

Enquanto que, nos Estados Unidos, um dos primeiros setores a sentir a crise foi o bancário, onde houve quebra dos principais bancos já no primeiro ano de crise, no Brasil, os bancos continuam apresentando lucros acima dos demais setores, devido à política de juros altos, adotada pelo Banco Central, que favorece a especulação financeira. Esta estratégia do governo de socorrer os bancos, ao lado da redução de impostos sobre produtos, manteve a produção estável e evitou uma recessão profunda durante um tempo, mascarando a ideia de que a crise no Brasil seria mais amena, entretanto, o demasiado estímulo ao consumo, em conjunto com



a facilidade de crédito e as altas taxas de juros acabaram por tornar a população altamente endividada.

Assim, plenamente acertada a opinião de Boschetti, que diz que os antídotos tomados pelo governo para conter a crise “são amargos para o trabalho e doces para o capital”, no ponto de vista da referida autora, as medidas tomadas pelo governo deveriam ter sido voltadas para a redução das desigualdades econômicas e sociais, como por exemplo, “um projeto de desenvolvimento com desconcentração de renda, ampliação dos direitos e universalização das políticas sociais” (BOSCHETTI, 2010, p. 74). A referida socióloga, ainda, salienta que até os liberais mais ortodoxos, assumem o fracasso das medidas neoliberais e defendem a necessidade da intervenção estatal de caráter Keynesiano para regular o sistema financeiro, todavia, as medidas adotadas atualmente diferem muito do modelo keynesiano, pois apenas prestam socorro aos bancos e às empresas, deixando à mercê destes quem mais precisa do Estado, os trabalhadores.

2. Desigualdade de Renda

Muito embora, os liberais e os esquerdistas divirjam sobre os métodos à serem utilizados para reduzir as desigualdades de renda, pois os primeiros consideram que somente as forças do mercado e o aumento da produtividade podem melhorar a renda à longo prazo e os segundos entendem que somente as lutas sociais e as políticas públicas podem atenuar as desigualdades, ambos concordam que “a desigualdade se deve, ao menos em parte, a fatores fora do controle dos indivíduos, como a desigualdade das dotações iniciais dotadas pela família ou pela sorte”. (PIKETTY, 2015, p. 09-10)

Nota-se que há diversos fatores que geram a desigualdade de renda, assim, no presente artigo abordaremos brevemente a diferença entre desigualdade da renda e desigualdade da riqueza, bem como alguns dados estatísticos sobre a desigualdade em nosso país.

2.1 Desigualdade da Renda e da Riqueza



Segundo Piketty (2014), a renda pode ser fragmentada em duas vertentes, quais sejam: renda do trabalho, que é aquela proveniente dos salários e gratificações derivadas do trabalho e em renda do capital, que seria uma receita oriunda de aluguéis, juros, royalties, dividendos, entre outros. Logo, com base nos dois tipos de renda propostos, percebe-se que a desigualdade de renda também apresenta um viés geminado, pois, teríamos a desigualdade da renda propriamente dita e a desigualdade da riqueza, que levaria em consideração as fortunas e heranças.

Nesse sentido, cabe observar a diferenciação feita por Piketty (2014, p. 56), entre renda e capital, vejamos:

A renda é um fluxo e corresponde à quantidade de bens produzidos e distribuídos ao longo de um determinado período (geralmente se usa o ano-calendário como período de referência).

O capital é um estoque e corresponde à quantidade total de riqueza existente em um dado instante. Este estoque resulta dos fluxos de renda apropriados ou acumulados ao longo dos anos anteriores.

Analisando-se o contexto histórico, percebe-se claramente a diferença entre renda e capital/riqueza, pois, a diminuição das desigualdades ocorrida ao longo do século XX não se deu principalmente pelo aumento dos salários e melhor distribuição destes, mas sim, pelo fato que após grandes guerras e crises, a concentração de renda do capital e de fortunas reduziu bastante. Assim, percebe-se que apenas políticas públicas de distribuição de renda não irão solucionar o problema da desigualdade no Brasil, principalmente enquanto não se falar, por exemplo, em taxação das grandes fortunas, ou outras medidas capazes de reduzir além da concentração da renda, a concentração do capital.

2.2 Dados sobre a desigualdade e concentração de renda no Brasil

Conforme verificamos anteriormente, as medidas, tomadas pelo governo brasileiro, na tentativa de conter os efeitos da crise econômica, acabaram favorecendo a especulação financeira, o que culminou em um endividamento da



população trabalhadora e em uma piora do quadro de concentração de renda em nosso país.

Segundo dados apresentados pela Receita Federal sobre o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF 2013)³, no ano-calendário de 2013, menos de 1% (um por cento) dos contribuintes concentram cerca de 30% (trinta por cento) de toda a riqueza declarada em bens e ativos financeiros. Ainda segundo os dados do IRPF 2013, o número de super-ricos, que são aqueles que recebem mais de 160 (cento e sessenta) salários mínimos por mês, caiu de 73.743 para 71.440.

Analisando-se os dados referentes ao IRPF 2013, percebe-se a vasta desigualdade e concentração de renda existentes em nosso país. De acordo com a Receita Federal, apenas 0,3% (zero vírgula três por cento) dos declarantes de Imposto de Renda em 2013 correspondem à 14% (quatorze por cento) da renda total e a 21,7% (vinte e um vírgula sete por cento) da riqueza do país. Se fizermos o somatório daqueles que recebem mais de 80 (oitenta) salários mínimos por mês, chega-se ao número absurdo de 0,8% (zero vírgula oito por cento) dos contribuintes, respondendo sozinhos por 30% (trinta por cento) da riqueza total declarada em nosso país.

No auge da crise econômica e política, além do pretérito problema da concentração de renda, o Brasil enfrenta o obstáculo do desemprego, que, por óbvio, aumenta ainda mais a desigualdade. Segundo o IBGE⁴, o Brasil encerrou o ano de 2015 sofrendo com a maior taxa de desemprego dos últimos anos. A pesquisa mais recente, feita pelo IBGE⁵, expõe que no início do ano de 2016 houve uma pequena recuperação da taxa de desemprego, entretanto, já no mês de fevereiro de 2016 o rendimento do país sofreu uma queda e conseqüentemente a taxa de desemprego voltou a subir, fechando em 7,6% (sete vírgula seis por cento).

³ Os dados apresentados têm por base o Estudo “Grandes números das Declarações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas - Ano-Calendário 2013”. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/grandes-numeros-dirpf-capa>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

⁴ Contando com uma taxa média de 8,4% de desemprego no ano de 2015. De acordo com as estatísticas da Nota Técnica “Reponderação das estimativas da Pesquisa Mensal de Emprego 2002-2015”. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaultnotas.shtm>. Acesso em: 02 abr. 2016.

⁵ Dados obtidos na “Pesquisa Mensal de Emprego - estimativas para o mês de fevereiro de 2016”. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2016/pme_201602pubCompleta.pdf> Acesso em 17 jun. 2016.



Nesse sentido, temos a alarmante projeção apresentada no início do ano de 2016 pela Organização Mundial do Trabalho (OIT)⁶, de que, em 2017, aproximadamente, para cada 5 (cinco) desempregados no Mundo, 1 (um) será brasileiro. Em seu relatório⁷, ainda, a OIT calculou índices de 7,7% (sete vírgula sete por cento) de desemprego no Brasil em 2016 e de 7,6% (sete vírgula seis por cento) no ano de 2017.

Ademais, interessante mencionar que a desigualdade de renda é latente até mesmo entre os Estados brasileiros, pois, há uma grande diferença entre a renda mensal *per capita* dos Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro e a dos Estados das regiões Norte e Nordeste do país. Tomando por exemplo a unidade da federação que possui a maior renda *per capita*, o Distrito Federal, e a unidade com a menor renda, Maranhão, segundo o IBGE⁸, a diferença chega à mais que o quádruplo.

Logo, percebe-se que no Brasil tem-se a premente necessidade da criação e efetivação de políticas públicas focadas na geração de emprego e na redução das desigualdades econômicas e sociais, para que se possa superar a atual crise econômica sem a desoladora consequência do total empobrecimento da população trabalhadora.

3. Políticas Públicas e Concentração do Capital

⁶ Dados obtidos através do *sítio* da BBC Brasil, em artigo elaborado com base no relatório " World Employment and Social Outlook - Trends 2016" da OIT. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160119_brasil_desemprego_oit_fd> Acesso em: 17 jun. 2016.

⁷ O número final de desemprego em 2015 é estimado em 197,1 milhões. Em 2016 está previsto um aumento de cerca de 2,3 milhões, o que levaria o número a 199,4 milhões. Já em 2017, mais 1,1 milhão de desempregados provavelmente serão adicionados ao registro global, de acordo com o relatório World Employment and Social Outlook - Trends 2016, apresentado pela Organização Mundial do Trabalho. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_444594/lang-pt/index.htm> Acesso em 17 de jun. de 2016.

⁸ Segundo a nota metodológica "Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente, segundo as Unidades da Federação – 2015" originária da "Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua", o Maranhão tem um rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de R\$ 509,00, enquanto o Distrito Federal possui um rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de R\$ 2.254,00. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2015_2_0160420.pdf>. Acesso em 17 jun. 2016.



Após a breve exploração feita sobre o cenário atual de nosso país, quanto à desigualdade na distribuição de renda, cabe-nos analisar quais medidas estão sendo tomadas e demonstrar algumas possibilidades para mudar este cenário e tornar o Brasil um país mais justo.

3.1 As atuais políticas de distribuição de renda

Os programas sociais adotados pelo Governo Federal têm sido no sentido de focalizar na transferência de renda para as famílias mais pobres, mas não em estimular, de maneira significativa, a acumulação de capital humano para as novas gerações, logo, tais programas visam apenas uma redução na desigualdade da renda, mas não da do capital/riqueza.

Dentre as principais políticas assistenciais de transferência de renda adotadas pelo Governo Federal brasileiro, temos o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC-LOAS), o benefício da aposentadoria rural e o Bolsa Família (BF), sendo, este último, o mais amplo e o único que se configura como programa de transferência direta de renda.

O programa Bolsa Família foi criado no ano de 2013, no início do governo Lula, como resultado da união de quatro programas pré-existentes, quais sejam: Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. O referido programa assistencial tem como público alvo as famílias que se encontram em situação de pobreza e de pobreza extrema e consiste, basicamente, em benefícios básicos e variáveis.

Analisando-se os dados trazidos pelo economista André Portela Souza (2011), percebe-se que dentre os três principais programas de transferência de renda existentes, o Bolsa Família é, certamente, o de maior alcance e menos custoso para os cofres públicos, vez que, no ano de 2009, o BPC alcançou cerca de 3,5 (três vírgula cinco) milhões de beneficiários e os valores gastos corresponderam a 0,6% (zero vírgula seis por cento) do PIB, a aposentadoria rural beneficiou cerca de 8,1 (oito vírgula um) milhões de pessoas e os valores gastos corresponderam a 1,7% (um vírgula sete por cento) do PIB, já o BF beneficiou cerca de 13 (treze) milhões de



famílias e os seus custos corresponderam a cerca de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do PIB.

Souza (2011, p. 175-177) explica que o programa Bolsa Família trás benefícios à curto e à longo prazo. À curto prazo pode-se observar uma rápida redução das desigualdades, já que, aumenta, ainda que pouco, de maneira célere e direta, a renda dos mais pobres. Já à longo prazo, o autor explica que o programa auxilia em “melhorias potenciais na formação do capital humano”, melhorando a saúde e a educação das futuras gerações, bem como reduzindo o trabalho infantil e a fecundidade, logo, tende a colaborar, ainda que de maneira tímida, para a redução, também, da desigualdade do capital/riqueza.

Todavia, o fato das principais políticas públicas voltadas para redução das desigualdades, serem focadas na distribuição de renda gera críticas de alguns autores. Souza, (2011) questiona o fato das políticas públicas não estimularem a acumulação de capital para as novas gerações, o que, impede que se elimine a pobreza no país. Já Boschetti (2010, p. 83) aduz que o governo vem usando as políticas de distribuição de renda, em detrimento das políticas de geração de emprego, o que, ao seu ver não permite a “socialização da riqueza e fim de todas as formas de mercantilização da vida”.

3.2 Perspectivas para uma distribuição mais justa da renda

Conforme observado anteriormente, embora as políticas de distribuição de renda mostrem-se como eficazes para reduzir a extrema pobreza e bons exemplos de políticas públicas de caráter keynesiano adotadas pelo Governo brasileiro, não são capazes, de reduzir, sozinhas, as desigualdades da renda e do capital já existentes por muitas gerações em nosso país.

Nesse sentido, John Rawls nos trás a questão da justiça entre gerações, que para ser realizada torna fundamental a promoção de um estímulo à população no tocante à acumulação de capital e à formação de poupança, visando uma redução da desigualdade da riqueza para as futuras gerações. De tal maneira, temos que “cada geração deve, além de preservar os ganhos em cultura e civilização e manter intactas as instituições justas que foram estabelecidas, também poupar a cada



período de tempo um montante adequando de capital real” (RAWLS, 2008, p. 355-356).

No mesmo sentido, cabe esclarecer que dentre as medidas de redução das desigualdades à serem exploradas pelo nosso governo, a questão fiscal pode e deve ser utilizada, assim, temos que “o instrumento privilegiado da redistribuição pura é a redistribuição fiscal”, ainda, segundo o entendimento do economista Thomas Piketty, este seria o único meio, capaz de “corrigir a desigualdade das rendas” (PIKETTY, 2015, p. 112).

Para tanto, Piketty propõe a utilização de um imposto progressivo sobre a renda, bem como um imposto progressivo excepcional sobre o capital privado, nas palavras do autor:

A tributação não é somente uma maneira de fazer com que os indivíduos contribuam para o financiamento dos gastos públicos e de dividir o ônus disso da forma mais justa possível; ela é útil, também, para identificar categorias e promover o conhecimento e a transparência democrática (PIKETTY, 2014, p.19).

Dentro do tema fiscal e de progressividade de impostos, Rawls (2008, p. 360) prevê que é necessário um plano de taxas de poupança, com variações nestas taxas, o que colaboraria em grande feita para reduzir as desigualdades da riqueza, vez que “quando o povo é pobre e poupar é difícil, deve-se exigir uma taxa mais baixa”.

No contexto inicial de que a crise econômica é fato propulsor do aumento da concentração de renda, Piketty (2014, p. 528-9) propõe a adoção de uma tabela progressiva utilizada em um imposto excepcional sobre o capital privado, que, a seu ver, seria a melhor maneira de “poupar os patrimônios mais modestos e demandar mais dos patrimônios maiores”, tal imposto seria a melhor opção para resolver o problema da dívida pública, que aumentou exponencialmente durante a grande recessão. Ademais, a proposta de Piketty de um imposto excepcional, em conjunto com uma colaboração internacional, tornaria possível almejar, a longo prazo, uma solução para a questão das grandes fortunas estarem nas mãos de parcela reduzida da população.

Neste cenário “quer se trate de reduzir as desigualdades patrimoniais em caráter permanente o reduzir a dívida pública excepcionalmente elevada, o imposto



progressivo sobre o capital é, em regra geral, um instrumento muito melhor” (PIKETTY, 2014, p. 533).

CONCLUSÃO

Da análise do estudo proposto no presente trabalho constatou-se, que embora o Brasil esteja obtendo certo sucesso com projetos de distribuição de renda como o Bolsa Família, ainda carece de políticas públicas, principalmente de caráter keynesiano, que se mostrem eficazes na redução das desigualdades da riqueza/capital.

Apurou-se que, embora o governo federal tenha tentado evitar os efeitos da crise econômica mundial, as medidas tomadas apenas adiaram a incidência da recessão no Brasil.

Do exame dos dados apresentados, obtidos da Receita Federal e do IBGE, pôde-se verificar que, no Brasil, em decorrência das medidas de caráter neoliberal adotadas para conter a crise, atualmente o país enfrenta uma grave crise econômica, as desigualdades econômicas e sociais aumentaram, assim como o desemprego e o endividamento da população, o que só poderá ser comedido através de políticas públicas de geração de emprego e da valorização dos trabalhadores.

Ainda verificou-se que a distinção entre renda e capital e entre concentração de renda e concentração da riqueza ajuda a entender porque o Brasil não consegue superar o problema da desigualdade de renda, afinal, o país somente investe em políticas públicas de distribuição de renda, a população não é estimulada, nem instruída a acumular capital para as gerações futuras, o que mantém a desigualdade crescente através das gerações.

Por fim, concluí-se que, enquanto nosso país não adotar políticas capazes de reduzirem a concentração de riqueza, ainda viveremos em um cenário de grande desigualdade tanto social, quanto de renda. Assim, a adoção de um imposto progressivo sobre a renda, bem como de uma taxaçoão progressiva sobre o capital parece ser uma opção acertada para poupar os que tem menos e os pequenos investidores, bem como incentivá-los a continuar poupando, tentar evitar o incentivo



à especulação financeira e taxar as grandes fortunas, na expectativa de se atingir uma distribuição de renda mais justa ao longo do tempo e reduzir as desigualdades para as futuras gerações.

Referências Bibliográficas

BOSCHETTI, Ivanete... [et al.] (orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. **Grandes Números IRPF - Ano-Calendarário 2013**: Tabelas 06 a 10 - Informações por faixas de salários mínimos. Brasília: CETAD, 2014.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Notas Técnicas**. Pesquisa mensal de emprego: Reponderação das estimativas - 2002 a 2015. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2016.

_____. **Pesquisa mensal de emprego - estimativas para o mês de fevereiro de 2016 regiões metropolitanas de**: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: Rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente, segundo as Unidades da Federação - 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

MARX, Karl. **O capital**: Livro 1. trad. Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. trad. André Teller. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

_____. **O capital no século XXI**. trad. Monica Baumgarten de Bolle. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. trad. Álvaro de Vita. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SOUZA, André Portela Fernandes de. Políticas de Distribuição de Renda no Brasil e o Bolsa Família. In: **Brasil: A Nova Agenda Social**. Org. Edmar Lisboa Bacha; Simon Schwartzman. Rio de Janeiro: LTC, p. 166-186, 2011.